

Pragmatismo e a Possibilidade da Metafísica

Pragmatism and the Possibility of Metaphysics

Prof. Dr. Ivo Assad Ibri

Departamento de Filosofia – PUC-SP

ibri@uol.com.br

Resumo: Este trabalho procura evidenciar como o pragmatismo pode subsidiar a análise de sistemas metafísicos, concorrendo para que doutrinas que neles se insiram estejam devidamente ancoradas na Fenomenologia e nas Ciências Normativas, à luz da relação entre as ciências no interior do pensamento peirceano.

Desse modo, a Metafísica, do vértice de sua possibilidade pensada por Peirce, deverá exibir suas credenciais como ciência do ser enquanto tal, sem, contudo, perder seu caráter falível e fortemente hipotético, que irá nortear seu campo de pesquisa, cuidando para que nele não se interponha nenhuma limitação decorrente de coisas em si mesmas incognoscíveis.

Palavras-chave: metafísica; pragmatismo; lógica; crença.

Abstract: *This paper aims to show how pragmatism can give support to the analysis of metaphysical systems, working for the doctrines that being so considered can be properly grounded in Phenomenology and Normative Sciences, under the hierarchy among the sciences within Peircean thought.*

Thus, Metaphysics, from the vertex of its possibility thought by Peirce, shall exhibit its credentials as a science of being as such, without losing its fallible and strongly hypothetical character that will guide its research field, preventing any unknown things-in-themselves from being an obstacle to knowledge.

Keywords: *metaphysics; pragmatism; logics; belief.*

Esclarecer o sentido dos termos, em especial, e dos conceitos, em geral, tem sido entendido como a função primordial do Pragmatismo clássico, a saber, aquele que tem raízes em seu fundador, Charles S. Peirce, e seus contemporâneos, notadamente William James e John Dewey, a despeito das diferenças de fundamento entre Peirce e esses dois autores.

Todavia, pode-se entender o alcance da doutrina do Pragmatismo como algo que ultrapassa essa tarefa, na sua aparência meramente semântica, podendo suscitar, a uma primeira vista, que ela seja um simples operar sobre a linguagem filosófica.

Não obstante aquela aparente e exclusiva função de análise semântica, operada sobre a linguagem, seja já em si mesma complexa e certamente nobre objeto da filosofia, o Pragmatismo impõe-se um exame dos fenômenos como o lado *externo* da

interioridade dos conceitos, com o pressuposto de que *significado*, em seu estrito senso, ultrapassa de longe qualquer operação de sinonímia, vinculando-o à sua expressão e influência na conduta racional.

Esse vínculo obrigatório entre conceito e fenômeno experimental só poderá se dar se aquele for entendido como tendo por essência um caráter preditivo, ou seja, se ele for capaz de descrever o curso da experiência futura, seja ela associada a uma sofisticada fórmula em ciência ou a um conceito de reflexo imediatamente existencial, a saber, de afecção de nossa humana conduta. Já no próprio conceito de experiência possível de Kant está implícito este *esse in futuro* do universo teórico: aquela possibilidade da experiência se refere à sua potencial realização em um tempo futuro. Não à toa, Peirce considera uma das fontes principais de inspiração do Pragmatismo a primeira Crítica de Kant: “Fui levado à máxima pela reflexão sobre a *Crítica da Razão Pura* de Kant. A limitação dos conceitos à experiência possível é o pragmatismo no seu sentido geral” (CP 5.525).

Há aqui um pressuposto interessante sobre esse vínculo do significado das teorias às suas *conseqüências práticas*, em termos específicos, a essência do Pragmatismo. Teriam significado teorias que, não obstante preditivas e vetorialmente dirigidas a um campo de experiência possível, isto é, a possíveis conseqüências práticas, venham a se mostrar dissonantes com essa própria experiência?

Aqui se toca em um ponto crucial: *teorias verdadeiras* são capazes de afetar, e devem efetivamente fazê-lo, a conduta racional futura. Em outras palavras, adota-se aqui uma concepção de verdade que implica uma espécie de convergência paramétrica e de forma entre teoria e curso dos fatos, de tal modo que o poder preditivo do plano conceitual ficaria referendado. É ele que permanecerá sendo operacionalmente utilizado para futuras predições. Por elas a conduta humana irá se balizar, a despeito do caráter sempre falível do signo; a despeito, também, da erraticidade que é própria do objeto, na forma de sua manifestação de primeiridade.

Contudo, o que dizer de uma teoria falsa, em outros termos, uma teoria cuja predição se encontra dentro do campo possível da experiência, mas, de fato, não converge para ela? Poderia uma teoria falsa afetar a conduta? Certamente muitas delas assim o fizeram ao longo da história, mas quando o curso dos fenômenos, matéria da experiência, aponta para uma direção divergente daquela implicada na teoria, somente um apego irracional a falsas representações as prossegue validando.

Assim, salvo melhor juízo, no Pragmatismo clássico de extração peirceana há dois aspectos aparentemente contraditórios no significado. Dizer que o significado de uma teoria é o conjunto de suas *conseqüências práticas concebíveis*, é dizer que o significado pertence ao âmbito da experiência possível, em outros termos, a experiência potencialmente futura; esse quesito simplesmente confina o significado a um vínculo entre experiência e conceito, sem, todavia, exprimir a exigência de que ambos convirjam para um estatuto de verdade. Este ponto também é o quesito que se exige de teorias metafísicas, além de sua passagem obrigatória pelas ciências normativas.

Caberia assim perguntar: que *conseqüências práticas* acarretaria uma teoria cuja falsidade já foi indutivamente evidenciada? Talvez uma resposta possível a essa questão seja apenas de natureza negativa, isto é, uma teoria falsa direciona a conduta para a busca de outras teorias de maior teor de verossimilhança. Uma teoria verdadeira, de outro lado, desempenhará seu papel mediador, tarefa que não poderá ser cumprida, é evidente, por uma teoria falsa.

Uma concepção ou doutrina que tenha verossimilhança com a experiência é admitida como teoria mediadora e, portanto, eficiente para a conduta — esta é objeto da razão *mediante* aquela.

Este aspecto de confronto entre teorias verdadeiras e falsas sob a ótica do Pragmatismo, e sem aqui se especular sobre todas as nuances que permeiam a discussão sobre verdade e falsidade em Peirce, enseja que se discuta um tema de importância inegável no interior do pensamento do autor, qual seja o do estatuto da *crença* e sua diferença pragmática com respeito à *dúvida*. É evidente que enquanto uma hipótese adotada não se mostrar crível, ou o que irá equivaler, enquanto ela não exibir indutivamente sua verossimilhança com a experiência, novas hipóteses serão aventadas e testadas, buscando-se uma nova teoria explicativa e, mais que isso — e este é o papel da indução —, uma teoria de efetivo poder preditivo. Em outras palavras, permanecerá um estado original de *dúvida* quando uma teoria se mostrar falsa mediante a evidência de que o que ela prevê é significativamente divergente do curso observável dos fenômenos. Ao contrário, uma teoria verdadeira assim será considerada quando tende a instaurar uma crença em seu poder preditivo, uma vez ter exibido exemplarmente tal competência.

O autor mostra a fundamental diferença entre o estado de crença e o de dúvida, como se pode observar na seguinte passagem:

Sabemos geralmente quando almejamos responder a uma questão e quando desejamos enunciar um juízo, pois há uma dissimilaridade entre as sensações de duvidar e crer. Mas não é isso o que distingue a dúvida da crença. *Há uma diferença prática*. Nossas crenças guiam nossos objetivos e moldam nossas ações [...] O sentimento de crença é uma indicação mais ou menos certa de que se estabeleceu em nossa natureza algum hábito que irá determinar nossas ações. A dúvida nunca produz tal efeito. (CP 5.370-1)

Peirce, aqui, discerne claramente crença de dúvida à luz do Pragmatismo. Entre-vê-se uma diferença prática que se manifesta reflexivamente sobre a conduta. Ao mesmo tempo em que uma crença estabelece um hábito positivo de ação, a dúvida não tem esse mesmo efeito.

A permanência da dúvida tem, poder-se-ia admitir, o efeito prático de prosseguir mobilizando a conduta na direção de dirimi-la, na direção de manter viva a pesquisa condutora a uma teoria possivelmente verdadeira. A seguinte passagem da obra do autor exhibe essa leitura:

Assim, tanto a dúvida quanto a crença produzem efeitos positivos sobre nós, embora acentuadamente diferentes. A crença não nos faz agir de imediato, mas nos coloca em uma condição de nos comportarmos de um certo modo quando surgir a ocasião. A dúvida não produz, sequer minimamente, tal efeito ativo, mas estimula-nos a investigar até que seja destruída. (CP 5.373)

É interessante também fixar que Peirce distingue pragmaticamente duas crenças. Diz ele: “A essência de uma crença é o estabelecimento de um hábito; e crenças diferentes são distinguidas pelos diferentes modos de ação a que dão origem” (CP 5.398).

Aquele estímulo à pesquisa contínua, buscando restabelecer uma espécie de homeóstase do espírito com relação à realidade na forma de crenças, irá recusar todo tipo de injustificável impedimento ao conhecimento, analisando justamente tal empecilho à luz, uma vez mais, do Pragmatismo. É desse ponto de vista que decorre a análise peirceana do *incognoscível* de Kant.

Interessa aqui resgatar um modo de enunciação da máxima do Pragmatismo presente em um texto de maturidade do autor, *What Pragmatism is*, publicado no *The Monist*, em 1905:

... uma concepção, isto é, o teor racional de uma palavra ou de outra expressão, reside exclusivamente em suas influências sobre a conduta da vida; assim, desde que obviamente nada que não pudesse resultar do experimento possa exercer qualquer influência direta sobre a conduta, se se puder definir precisamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou a negação de um conceito poderia implicar, ter-se-á, então, uma completa definição do conceito, e *nele não há absolutamente mais nada*. (CP 5.412)

Neste *nele não há absolutamente mais nada* se encontra, a nosso ver, um libelo peirceano contra a proposição de uma espécie de resíduo oculto do conceito que aponta para algo inacessível à mente humana, avesso a toda e qualquer forma sgnifica, alheia a qualquer processo de semiose.

O absolutamente incognoscível não terá acolhida na filosofia de Peirce por não obter a chancela necessária de sentido atribuível pelo Pragmatismo. Nessa direção são claras as palavras do autor:

... todas as nossas concepções são obtidas por abstrações e combinações de cognições que primeiro ocorrem em juízos de experiência. Assim, não pode haver nenhuma concepção do absolutamente incognoscível, desde que nada dessa natureza ocorre na experiência. Mas o significado de um termo é a concepção que ele veicula. Portanto, um termo não pode ter tal significado. (CP 5.255)

A cabal carência de significação do *absolutamente incognoscível* está na condição de que *cognoscibilidade* demanda alguma forma de manifestação fenomênica que permita dar sentido experiencial à sua representação. O dizer sobre o mundo, para lamento de alguns, parece não poder prescindir da presença experiencial deste mesmo mundo, mesmo que a fantasia humana o considere um *conjunto de maus fatos diante de boas teorias* (CP 5.116).

Em outra passagem, ainda sobre esse tema do incognoscível, Peirce afirma:

... o absolutamente incognoscível é absolutamente inconcebível [...] Ele é, portanto, uma palavra sem sentido e, conseqüentemente, o que quer que seja significado por qualquer termo como o *real*, é cognoscível em algum grau e, assim, da *natureza da cognição*, no sentido *objetivo* do termo. (CP 5.310)

Nessa passagem, ao afirmar que aquilo que é *cognoscível* é, *ipso facto*, da *natureza da cognição*, Peirce dá especial ênfase à expressão “no sentido objetivo do termo”. Este caráter de conaturalidade ultrapassa, assim, a mera subjetividade como constituidora do plano eidético. Tal caráter, ao ser afirmado objetivo, anuncia uma das teorias metafísicas mais caras ao realismo peirceano, a saber, o Idealismo Objetivo, doutrina cujos fundamentos encontra confessa inspiração no Idealismo de Schelling, em sua famosa identidade entre idealidade e realidade.

É notável, ainda, como Peirce, na passagem seguinte, reafirma esta identidade substancial entre *o cognoscível* e *a cognoscibilidade*, que, em última análise, referenda a conaturalidade entre signo e objeto na sua realidade:

Não, ou aquilo que é outro que, se um conceito, é um conceito do cognoscível. Desse modo, não cognoscível, se um conceito, é um conceito na forma A, não-A, e é, no mínimo autocontraditório. Assim, a ignorância e erro podem apenas ser concebidos como correlativos a um conhecimento real e verdade, que são da natureza de cognições. Contra qualquer cognição, há uma desconhecida mas cognoscível realidade; mas contra toda cognição possível há, apenas, o autocontraditório.

Em resumo, cognoscibilidade e ser não são apenas a mesma coisa metafisicamente, mas são termos sinônimos. (CP 5.257)

Apesar da expressa herança kantiana na essência mesma do Pragmatismo, no pensamento de Peirce não há espaço conceitual possível para aquele resíduo de objeto dado pela coisa em si. O projeto realista de Peirce faculta dispensar a suposição de uma espécie de interioridade oculta das coisas que, embora não se mostre fenomenicamente, permanece no fundamento dos fenômenos.

De outro lado, esta equivalência entre *ser* e *ser cognoscível* é uma das principais equações da filosofia peirciana, e em seus bastidores se encontra a recusa do dualismo substancial entre signo e objeto. Esse monismo traduzido naquela equação é harmônico com o realismo do autor, e nos parece ser o ponto diferenciador de Peirce em relação à solução clássica do problema do fundamento da representação, que se encontra em Berkeley e Fichte, por exemplo. Nestes autores, a co-substancialidade entre objeto e signo impõe que se encerre tão-somente na subjetividade a realidade do mundo, para garantir-lhe seu caráter de idealidade. Essa postura filosófica impõe problemas difíceis no que respeita ao estatuto da alteridade e à admissão do mundo independentemente do sujeito cognoscente.

A semiose não deve encontrar barreiras à sua consecução: a possibilidade do conhecimento, segundo Peirce, perfaz-se integralmente nas etapas necessárias da investigação, a saber, no levantamento de hipóteses, ou *Abdução*, na *Dedução* de conseqüências necessárias extraídas das hipóteses, e na comprovação experimental destas conseqüências por meio da *Indução*. A tricotomia dos argumentos no interior da Semiótica deve ser factível no processo de conhecimento.

Chega-se aqui a um ponto crucial, onde a possibilidade da Metafísica, como semiose, atém-se a este quesito de tornar possíveis aquelas três etapas da investigação. Em verdade, teorias metafísicas, a exemplo da estrutura teórica das ciências ditas especiais no interior da filosofia de Peirce, nunca poderão ser assumidas como absolutas e estarão submetidas ao teste continuado da experiência. Sob a homogeneidade das categorias, a Primeiridade, no seu caráter de espontaneidade derivado de seu fundamento de liberdade, haverá de impor a falibilidade latente do signo associada à acidentalidade que impregna o próprio transcurso dos fatos. Essa ambiência fortemente marcada pela aleatoriedade impedirá que se assumam verdades definitivas sobre quaisquer matérias de fato, configurando esta tensão para o futuro em que se situa o plano da significação e da conduta autocontrolada.

Por essa razão, a Metafísica jamais perde seu caráter hipotético, mantendo vivo seu caráter heurístico originário por não se desfazer jamais da Abdução.

O aparecer como fenômeno é a exigência básica para que as conseqüências de uma hipótese possam ser testadas. A indução deve ser possível; a incidência notável deve ser passível de apreensão na experiência, e o teor menor ou maior daquele caráter hipotético se consuma na facilidade e abundância com que a experiência se evidencia.

Tamanhos amostrais mais significativos proporcionarão asserções com grau de verossimilhança mais consolidado.

Assume-se que será sempre possível a conjectura, e seu fundamento implica, também, problemas densos (aqui evidentemente não tratáveis a contento) que desafiam a filosofia, a exemplo do juízo perceptivo dentro de um quadro realista e a solução de compromisso entre medição e imediação para a mente perceptiva.

Nesta perspectiva de abrir permanentemente as portas da investigação é que Peirce parece ver, e este termo é nosso, uma espécie de *improdutiva paralisia* nos ceticismos sistemáticos sobre matérias de fato. Certamente, a exigência da permanentemente aberta semiose e o vínculo do significado com a afecção da conduta impõem que uma teoria sistematicamente cética, de fundo fático, deva ter conseqüências experienciáveis que a possam referendar.

Ora, salvo melhor juízo, não se registra na história da filosofia um *agir cético*, a saber, um agir que evidencie o lado exterior das idéias, como quer o pragmatismo peirceano em seu tecido assumidamente eidético. Em outras palavras, dificilmente se tem um reflexo de idéias céticas na conduta — e era de se esperar que tal se consumasse, uma vez que aqui se trata de um ceticismo sobre *matérias de fato*.

Se no primeiro quesito de possibilidade, ou seja, o aparecer fenomenológico, a doutrina falha, ela se posiciona aquém das teorias que se evidenciam falsas. Estas, conforme se conjecturou anteriormente, ao menos têm uma lição negativa a deixar — o estímulo a prosseguir investigando na direção da verdade.

Bibliografia

PEIRCE, C. S. (1931-58) *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. by C. Hartshorne and P. Weiss (v. 1-6); A. Burks (v. 7-8). Cambridge, MA: Harvard University Press. 8 v. Mencionamos essa obra como **CP**, seguida do número do volume e parágrafo correspondente.